

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 174/2022

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CONIMS, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, estabelecida à Rua Afonso Pena, nº 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR; inscrita no CNPJ nº 00.136.858/0001-88, neste ato representado pelo Presidente, Sr. Paulo Horn.

CONTRATADA: POLIMEDICI ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 00.975.647/0001-39, situada na Rua Itabira, nº 1371, Sala 2, Bairro Centro, CEP 85.501-047, na cidade de Pato Branco/PR, neste ato representada por Daniel Vinícios Resende, RG nº 9.275.170-8 SSPPR e CPF nº 046.007.599-31.

Pelo presente instrumento, oriundo do Processo nº 138/2022, Pregão Eletrônico nº 022/2022, homologado em 24/06/2022, mediante sujeição mútua às normas constantes e da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/2006, Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar n.º 155/2016, Decreto Federal n.º 10.024/2019 e subsidiariamente no que couber a Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações e demais legislações pertinentes e, ainda pelas condições e exigências constantes do presente Edital, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, neste ato representado por seus representantes legais, ao final subscritos, tem entre si, justo e avençado, Contrato de Prestação de Serviços mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO E MEDICINA OCUPACIONAL, conforme condições constantes no edital e seus anexos.

1.2. Em atendimento ao objeto desta licitação, a contratada deverá dispor de equipe de profissionais especializados, formado por, no mínimo: ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO, ENFERMEIRO DO TRABALHO E MÉDICO DO TRABALHO.

1.3. Integra ao final do presente instrumento o Quadro Comparativo de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1. Deve a contratada, junto aos profissionais ligados a cada programa por eles elaborados, responsabilizar-se tecnicamente junto ao conselho de classe correspondente a cada área e prestar a implementação das ações pré-determinadas nestes, (inclusive médico coordenador do PCMSO), dando subsídio aos trabalhadores da contratante,

realizando inspeções e visitas no ambiente de trabalho, indicando medidas de controle de riscos a serem adotadas, e executar, o cronograma de ações estipulados em cada programa com participação da CONTRATANTE.

2.2. Ainda, como objeto deste, deve a empresa contratada implementar as ações de gestão de saúde e de segurança ocupacional em acordo com todas as normas regulamentadoras de higiene e segurança do trabalho de acordo com o que prevê a legislação vigente.

2.3. A CONTRATADA irá atender os empregados oriundos do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONIMS Pato Branco/PR, Centro Regional de Especialidades – CRE Chopinzinho/PR, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS AD III Coronel Vivida/PR, Centro Regional de Especialidades – CRE São Lourenço/SC.

2.4. Todos os serviços deste objeto deverão impreterivelmente ser prestados no município de Pato Branco/PR, salvo as consultas para exames admissionais, periódicos e demissionais destinados aos empregados das unidades de Chopinzinho/PR e Coronel Vivida/PR, para os quais a contratada deverá dispor de local de atendimento em cada município, garantindo, porém, que os serviços sejam prestados pelos profissionais vinculados a empresa participante deste certame.

2.5. A contratada não necessita possuir filial ou sede nos presentes municípios, porém os serviços deverão ser prestados por profissionais a ela vinculados.

2.6. Os exames complementares do tipo laboratoriais, radiológicos e outros não estão inclusos na proposta, os mesmos serão de responsabilidade da Contratante.

2.7. Caso haja necessidade, durante a vigência contratual, a contratada deverá disponibilizar para atendimentos ou qualquer outro fim inerente ao objeto deste processo, profissionais devidamente qualificados nas áreas de psicologia do trabalho, fisioterapia especializada em ergonomia do trabalho.

2.8. A empresa Contratada deverá designar médico coordenador para elaboração, acompanhamento e execução do PCMSO, o qual deverá emitir relatório anual discriminando por setores das unidades, o número e a natureza dos exames médicos, incluindo avaliação clínica e exames complementares, estatísticas de resultados considerados anormais, assim como o planejamento para o próximo ano.

2.9. Para o objeto desta Licitação está previsto inicialmente um determinado número de empregados, sendo que durante a vigência do contrato de prestação de serviço, esse número poderá sofrer variações para mais ou para menos conforme a necessidade e disponibilidade da contratante, sem com isso gerar qualquer acréscimo nos valores contratados.

2.10. Número atual de empregados ativos:

- Na sede do CONIMS: 58
- Unidade CRE São Lourenço: 1
- Unidade CRE Chopinzinho: 5
- Unidade CAPS AD III Coronel Vivida: 19

2.11. A contratada se responsabiliza pela adequação dos serviços de acordo com as

2.12. Os serviços de elaboração e implantação da gestão de Segurança e Medicina do Trabalho, deve conter obrigatoriamente:

2.12.1. GERENCIAMENTO DE RISCOS OPERACIONAIS (GRO) de acordo com a NR 01, contemplado por:

- a) Levantamento preliminar de riscos/perigos;
- b) Identificação de riscos/perigos;
- c) Avaliação de riscos ocupacionais;
- d) Controle dos riscos;
- e) Plano de ação;
- f) Implementação e acompanhamento das medidas de prevenção;
- g) Preparação para emergências e análise de acidentes.

2.12.2. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR) DE ACORDO COM A NR 01 E DEMAIS NORMAS

a) **Inventário de Riscos** que contemple:

- Características dos processos e ambientes de trabalho;
- Características das atividades;
- Descrição de perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, indicando os grupos sujeitos a esses riscos e descrição das medidas de prevenção implementadas;
- Dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições e agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação ergonômica (termos da MR-17);
- Avaliação dos riscos e sua classificação para fins de elaboração do plano de ação;
- Critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão.

b) **Plano de ação.**

• O RECONHECIMENTO DOS RISCOS DEVE CONTER, QUANDO APLICÁVEL:

- a) A sua identificação;
- b) Determinação e localização das possíveis fontes geradoras;
- c) A identificação das possíveis trajetórias e dos meios de propagação dos agentes no ambiente de trabalho;
- d) A identificação das funções e determinação do número de trabalhadores expostos;
- e) A caracterização das atividades e do tipo de exposição;
- f) A obtenção de dados existentes na empresa, indicativos de possível comprometimento da saúde decorrente do trabalho;
- g) Os possíveis danos à saúde relacionados aos riscos identificados, disponíveis na literatura técnica;
- h) Descrição das medidas de controle já existentes.

• REALIZAR AVALIAÇÕES QUANTITATIVAS PARA:

- a) Comprovar o controle da exposição ou inexistência dos riscos identificados na etapa de reconhecimento;
- b) Dimensionar a exposição dos trabalhadores;
- c) Subsidiar o equacionamento das medidas de controle.

• **DAS MEDIDAS DE CONTROLE**

Deverão ser adotadas medidas de controle necessárias e suficientes para eliminação, a minimização ou o controle dos riscos ambientais sempre que forem identificadas uma ou mais das seguintes situações:

- a) Identificação, na fase de antecipação de risco potencial a saúde;
- b) Constatação, na fase de reconhecimento, de risco evidente à saúde;
- c) Quando os resultados das avaliações quantitativas da exposição dos trabalhadores excederem os valores dos limites previstos na normatização pertinente ou na ausência destes, os valores de limites de exposição ocupacional adotados pela ACGIH-American Conference of Governmental Industrial Hygienists, ou aqueles que venham a ser estabelecidos em negociação coletiva de trabalho, desde que mais rigorosos do que os critérios técnico-legais estabelecidos;
- d) Quando, através de controle médico da saúde, ficar caracterizado o nexo causal entre danos observados na saúde dos trabalhadores e a situação de trabalho a que eles ficam expostos;
- e) O PGR deve estabelecer critérios e mecanismos de avaliação da eficácia das medidas de proteção implantadas considerando os dados obtidos nas avaliações realizadas e no controle médico da saúde previsto conforme legislação.

• **DO MONITORAMENTO**

- a) Para o monitoramento da exposição dos trabalhadores e das medidas de controle, deve ser realizada avaliação sistemática de acordo com as normas vigentes.

• **REGISTRO DE DADOS**

- a) Deverá ser mantido um registro de dados, estruturado de forma a construir um histórico técnico administrativo do desenvolvimento do PGR. O histórico das atualizações deve ser mantido por pelo período de 20 anos. Este deve estar disponível para os trabalhadores interessados, seus representantes e autoridades competentes.

• **Além do previsto na NR 01, na fase de reconhecimento, deve conter:**

- a) Identificação dos riscos biológicos mais prováveis, em função da localização geográfica e da característica do serviço de saúde e seus setores, considerando:
- b) Fontes de exposição e reservatórios;
- c) Vias de transmissão e de entrada;
- d) Transmissibilidade, patogenicidade e virulência do agente;
- e) Persistência do agente biológico no ambiente;
- f) Estudos epidemiológicos ou dados estatísticos;
- g) Outras formas científicas.

I) Avaliação do local e do trabalhador, considerando:

- a) A finalidade e descrição do local de trabalho;
- b) A organização e procedimento de trabalho;

- c) A possibilidade de exposição;
- d) A descrição das atividades e funções de cada local de trabalho;
- e) Medidas preventivas aplicáveis e seu acompanhamento.
- f) Desenvolver os dispostos na NR 01 para o PGR quanto aos produtos químicos, no que couber as atividades e serviços do CONIMS, conforme item 32.3 seus subitens e alíneas.

2.12.3. PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO EM SAÚDE OCUPACIONAL PCMSO – NR7

- Médico coordenador, planejamento, execução e acompanhamento do Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional;
- Avaliações médicas e execução de exames admissionais, periódicas, retorno ao trabalho, mudança de função e demissionais;
- Emissão de Atestado de Saúde ocupacional – ASO;
- Criação e manutenção do prontuário clínico de cada empregado;
- Considerar as questões incidentes sobre o indivíduo e a coletividade de trabalhadores, privilegiando o instrumental clínico epidemiológico na abordagem da relação entre sua saúde e o trabalho;
- Orientação semestral sobre os primeiros socorros;
- Emissão de relatórios trimestrais de informação dos empregados e avaliação do médico coordenador dos exames periódicos anuais para fiscalização do Ministério do Trabalho;
- Avaliação pelo Médico do Trabalho de **atestados médicos** apresentados por empregados com afastamentos;
- O PCMSO deve ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos a saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis a saúde dos trabalhadores;
- Deve ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os identificados nas avaliações previstas nas demais NR.
- O PCMSO deve conter além do previsto na NR 7 e observando a identificação dos riscos biológicos mais prováveis, em função da localização geográfica e da característica do serviço de saúde e seus setores, conforme NRs; e também:
 - a) O reconhecimento e a avaliação dos riscos biológicos;
 - b) A localização das áreas de risco segundo os parâmetros;
 - c) A relação contendo a identificação nominal dos trabalhadores, sua função, o local em que desempenham suas atividades e o risco a que estão expostos;
 - d) A vigilância médica dos trabalhadores potencialmente expostos;
 - e) O programa de vacinação;
- **COM RELAÇÃO À POSSIBILIDADE DE EXPOSIÇÃO ACIDENTAL AOS AGENTES BIOLÓGICOS, DEVE CONSTAR NO PCMSO; e ficar à disposição para consulta dos trabalhadores:**
 - a) Os procedimentos a serem adotados para diagnóstico, acompanhamento e prevenção do soro conversão e das doenças;
 - b) As medidas para descontaminação do local de trabalho;

- c) O tratamento médico de emergência para os trabalhadores;
- d) A identificação dos responsáveis pela aplicação das medidas pertinentes;
- e) Relação dos estabelecimentos de saúde que podem prestar assistência aos trabalhadores;
- f) As formas de remoção para atendimento dos trabalhadores;
- g) A relação dos estabelecimentos de assistência à saúde depositários de imunoglobulinas, vacinas, medicamentos necessários, materiais e insumos especiais.

• TREINAMENTO/CAPACITAÇÃO ANTES DO INÍCIO DAS ATIVIDADES DOS TRABALHADORES E DE FORMA CONTINUADA; DEVENDO SER MINISTRADA:

- a) Sempre que houver mudança das condições de exposição dos trabalhadores aos agentes biológicos;
 - b) Durante a jornada de trabalho;
 - c) Por profissional de saúde familiarizado com os riscos inerentes aos agentes biológicos.
- Os treinamentos e capacitações devem se dar de acordo com a normativa específica, devendo manter documentação informando data, hora, carga horária, o conteúdo ministrado, o nome e a formação ou capacitação profissional do instrutor e dos trabalhadores envolvidos para fins de comprovação fiscal;
 - Ainda da capacitação dos profissionais; quanto aos riscos químicos; deve ser realizada capacitação inicial e de forma continuada, contendo no mínimo os aspectos constantes ne pertinente;
 - Devem ser fornecidas aos trabalhadores que estejam em locais onde exista a possibilidade de exposição a agentes biológicos, instruções por escrita das rotinas realizadas no local de trabalho e medidas de prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, mediante recibo de entrega assinado pelo trabalhador.
 - Indicar as medidas de proteção;
 - Elaborar o PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE ACIDENTES COM MATERIAIS PERFUROCORTANTES; de acordo com anexo III da NR 32. Sendo elaboração, atualização e execução conjunta entre a CONTRATANTE e CONTRATADA, da Comissão gestora multidisciplinar, com objetivo de, reduzir os riscos de acidentes com materiais perfuro cortantes, com probabilidade de exposição a agentes biológicos. Sempre que aplicável deve ser constituída pelos seguintes membros:
 - a) Empregador, representante legal ou representante da direção do serviço de saúde;
 - b) Representante do serviço especializado em segurança do trabalho e medicina ocupacional;
 - c) Vice-presidente da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes);
 - d) Representante da comissão de controle de infecção hospitalar;
 - e) Direção de enfermagem;
 - f) Direção clínica;
 - g) Responsável pela elaboração e implementação do PGRSS-Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde;
 - h) Representante da central de material e esterilização;
 - i) Representante do setor de compras; e

j) Representante do setor de padronização de material.

- Elaborar o PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLOGICA; para os serviços de radiodiagnósticos aprovado pela Vigilância Sanitária e de acordo com a NR 32, item 32.4 seus subitens e alíneas. No que couber aos serviços e atividades desenvolvidas no CONIMS;
- Atender de forma geral as normas de gestão de segurança, inclusive as disposições gerais da NR 32 "item 32.10 seus subitens e alíneas".

2.12.4. LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO - LTCAT

- Laudo contendo informações sobre a empresa;
- Descrição dos setores de trabalho, locais e serviços realizados;
- Condições ambientais do local de trabalho;
- Registro dos agentes nocivos detectados, sua concentração, intensidade e tempo de exposição, conforme limites previstos em normas de segurança e medicina do trabalho;
- Duração das atividades laborais que expõem os empregados/servidores aos agentes nocivos;
- Informação sobre a existência de tecnologia de proteção individual ou coletiva para o empregado/servidor, que diminua a intensidade de agentes agressivos a limites de tolerância com recomendações de adoções;
- Descrição de métodos, técnicas e equipamentos utilizados na avaliação pericial;
- Data e local da realização da perícia;
- Conclusão do perito, com informações, quanto ao prejuízo da saúde do empregado/servidor com exposição aos agentes nocivos.

2.12.5. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO - PPP

- Desenvolver e implementar o Perfil Profissiográfico Previdenciário e manter atualizadas as informações referentes ao histórico laboral dos trabalhadores.

2.12.6. LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

- Implantação do Laudo de Insalubridade;
- Implantação do Laudo de periculosidade.

2.12.7. NORMAS REGULAMENTADORAS

- Elaboração de Mapas de riscos – NR5;
- Organização, implantação e curso da CIPA em conformidade com a NR5;
- Adequação e implantação de EPI's em conformidade com a NR6;
- Prevenção de combate a Incêndios em conformidade com a NR23;
- Assessoramento em projetos de novas instalações, reformas ou ampliações;
- Declaração de Instalações e legalização junto ao CBMERJ em conformidade com a NR2.
- Elaboração e implementação da gestão de saúde e segurança em serviços de saúde NR 32.

OBS: Caso alguma norma citada neste termo de referência tenha sido substituída ou atualizada, a contratada deverá adequar os serviços de acordo com as Normas Regulamentadoras vigentes.

2.12.8. As atividades que exijam a presença dos profissionais deverão ser realizadas no próprio local, sendo que as demais poderão ser realizadas na sede da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. Constituem direitos e obrigações do CONIMS:

3.1.1. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que estiverem em desacordo com as condições descritas no presente edital.

3.1.2. Rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inc. I do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

3.1.3. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do contrato, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à licitante vencedora as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

3.1.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, em tempo hábil, de quaisquer dúvidas relacionadas à execução do contrato.

3.1.5. Efetuar o pagamento pela efetiva prestação dos serviços, dentro das condições ora estabelecidas.

3.2. Constituem direitos e obrigações da CONTRATADA:

3.2.1. Obedecer integralmente às prescrições constantes das Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria MTB nº 3.214, de 08/06/1978, em observância ao contido no Art. 200 da CLT, redação dada pela Lei nº 6.514, de 22/12/1977.

3.2.2. Executar, conforme previsto neste edital, as ações de gestão de segurança e saúde ocupacional, como descrito nas cláusulas aqui estipuladas, inclusive, no que diz respeito ao Regime de Execução, em conformidade com as demais cláusulas e normas de saúde e segurança do trabalho vigentes.

3.2.3. Prestar assistência técnica para o desenvolvimento das etapas projetadas nos programas preventivos, bem como para elaboração de informes atinentes ao exercício de atividades sob a ação de agentes nocivos, em conformidade com as disposições contidas nas instruções normativas emanadas do INSS/MPS, sempre que necessário, procedendo aos levantamentos técnicos dos ambientes de trabalho.

3.2.4. No ato da assinatura do contrato informar por escrito a relação dos profissionais que irão executar os serviços, principalmente o médico coordenador do PCMSO de cada unidade durante a vigência do contrato.

3.2.5. Caberá à contratada a tarefa de orientar, propor soluções corretivas e preventivas, observando e solicitando providências da CONTRATANTE atinentes aos locais de trabalho, relacionando-se com os prepostos da CONTRATANTE nas questões de Segurança e Medicina do Trabalho e mantendo entrosamento constante com a Gerência de Recursos Humanos, que junto com a CONTRATADA será responsável pelo cumprimento da NR-5.

3.2.6. Receber os valores pactuado na forma e nos prazos estabelecidos.

3.2.7. Aceitar, nos termos do § 1º do artigo 65 da lei 8.666/93, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizeram necessários.

3.2.8. Responsabilizar-se pelo integral pela prestação dos serviços, dentro dos prazos previstos e padrões de qualidade e quantidades exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor.

3.2.9. Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e demais despesas direta ou indireta resultantes da adjudicação desta Licitação.

3.2.10. A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, compatibilidade com as obrigações assumidas assim como todas as condições de habilitação e qualificação, inclusive: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, adimplente com encargos sociais e todas as despesas diretas e indiretas do objeto contratado demonstrando situação regular no cumprimento.

3.2.11. Assumir inteira responsabilidade pelos danos ou prejuízos causados à LICITADA ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto desta licitação, diretamente por seu preposto e/ou empregado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento feito pela LICITADA.

3.2.12. Executar diretamente o contrato na forma ajustada, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, mesmo parcialmente, os serviços contratados, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada;

3.2.13. Reparar, corrigir, e substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços, no prazo determinado pela autoridade/empregado designado, contados a partir da notificação expedida pela LICITADA, atestando inadimplemento contratual, incorreção etc., nos termos previstos no presente Edital e no Instrumento Contratual.

3.2.14. Obedecer às diretrizes emanadas do responsável competente da Contratante, no tocante a organização e realização dos serviços em causa.

3.2.15. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

3.2.16. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

3.2.17. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;

3.2.18. Comunicar ao (CONIMS) as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência para execução dos serviços será de 12 (doze) meses contados a partir de 14/07/2022, podendo ser prorrogado mediante assinatura de Termo Aditivo entre as partes, mantidos os direitos, obrigações e responsabilidades contratuais, sendo que

qualquer prorrogação deverá ser solicitada no prazo de vigência do contrato, com justificativa por escrito, nos termos do art.57§§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

4.2. De acordo com a Lei 8.666/93, § 1º, o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas geradas em função do objeto ocorrerão por conta da dotação orçamentária nº 01.001.10.122.0001.2.001.3.3.90.39.00.00.00.00 fontes 076 e 000.

CLÁUSULA SEXTA - EMISSÃO DA NOTA FISCAL

6.1. O fornecedor deverá emitir Nota Fiscal de Serviços ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CNPJ: 00.136.858/0001-88 – Rua Afonso Pena, n.º 1902, Bairro Anchieta, Pato Branco/PR. CEP: 85.501-530 – Inscrição Estadual: Isenta – Inscrição Municipal: 247858.

6.2. O cálculo dos impostos e tributos é de responsabilidade do emitente.

6.3. A Nota Fiscal de Serviços deve ser encaminhada ao e-mail: contabilidade@conims.com.br no ato de sua emissão.

6.4. Havendo erros na emissão da Nota Fiscal de Serviços a mesma deverá ser substituída ou anulada, e/ou constatação de erros na prestação dos serviços, circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras.

CLÁUSULA SÉTIMA - VENCIMENTO E PAGAMENTO

7.1. A competência é mensal, o vencimento será no dia 30 do mês posterior a competência dos serviços prestados.

7.2. O pagamento será realizado através de boleto bancário.

7.3. O pagamento se dará até o vencimento.

7.4. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e exclusivamente o valor dos serviços contratados.

7.5. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias da entidade, de acordo com o IPCA acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado vigente na data de seu pagamento. Mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.6. Em caso de Processo Administrativo, o CONIMS poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

7.7. O fornecedor deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, não serão emitidas novas solicitações de fornecimentos, ressalvado o direito dos serviços já entregues.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DA REVISÃO DE PREÇOS

8.1. Será admitida, por solicitação da contratada, a revisão dos preços dos serviços, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

8.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos necessários à execução do serviço.

8.3. Nas revisões subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última revisão.

8.4. Sem prejuízo da Revisão contratual, a cada novo ano de vigência, o valor do contrato será objeto de reajuste, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, variação dos custos na planilha de preços, de forma simultânea ou subsidiária, conforme o caso concreto, preponderando o menor índice.

CLÁUSULA NONA - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. O valor pactuado poderá ser revisto por acordo entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando risco econômico extraordinário e extracontratual.

9.2. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUALIDADE

10.1. A contratada garante qualidade em todo objeto do presente instrumento, valendo esta cláusula como certificado, a qual poderá ser invocada a qualquer tempo, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VÍNCULO

11.1. O presente contrato é intransferível, não podendo a contratada se valer deste para vincular terceiros à presente contratação, sob pena de imediata rescisão e aplicação das penalidades previstas na cláusula décima segunda e seus subitens.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

12.1. O CONIMS poderá considerar rescindido o contrato, de pleno direito, mediante notificação judicial ou extrajudicial, sem que, por isso, seja obrigada a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, se o contratado.

12.2. Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no contrato de prestação de serviços, ou infringir qualquer disposição do Contrato, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à contratado direito a qualquer indenização.

12.3. Recusar-se a receber ou cumprir instruções para melhor execução do serviço.

12.4. Verificada qualquer infração do contrato por parte da contratada.

12.5. Quando houver a existência de 03 (três) reclamações por escrito, garantido o contraditório e ampla defesa a CONTRATADA.

12.6. Proceder a eventual cobrança de qualquer valor excedente.

12.7. A rescisão contratual poderá ser:

12.8. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

12.9. Amigável mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

12.10. Em caso de rescisão contratual o pagamento final será realizado até o dia 30 do mês posterior ao da data descrita na nota fiscal mesmo que a rescisão e o encerramento da prestação do serviço se deem anterior a esta data.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. A contratada deverá submeter-se ao acompanhamento e a fiscalização promovidos através do representante da contratante (fiscal de contratos), quando da execução do contrato, tendo por este anotado em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada, as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquele.

13.2. A fiscalização poderá se dar a qualquer momento inclusive sem a necessidade de aviso prévio a contratada.

13.3. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONIMS, não elide nem

diminui a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, que não implicarão corresponsabilidade do CONIMS ou do servidor designado para a fiscalização.

13.4. Ocorrendo a não aceitação dos serviços executados, por qualquer motivo, o Gestor do Contrato notificará a CONTRATADA para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação, proceder à regularização.

13.5. Ao CONIMS não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços executados considerados inadequados.

13.6. As comunicações entre CONIMS e CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

14.1. O Termo de contratação não poderá ser objeto de cessão, transferência e/ou subcontratação no todo ou em parte, não podendo a Contratada se valer deste para vincular terceiros à presente contratação, sob pena de imediata rescisão e aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PENALIDADES

15.1. O contratado que não cumprir as obrigações contratualmente assumidas ou em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, ser-lhe-ão aplicadas as seguintes penalidades, inclusive de forma cumulativa:

15.2. Advertência.

15.3. Multa de mora ou punitiva, cumulativas ou não, sem prejuízo da apuração de perdas, danos sofridos e/ou suportados pelo CONIMS:

15.4. Nos casos em que houver atraso injustificado na execução do serviço licitado, será aplicada multa moratória de 0,5% (meio por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item constante da nota em atraso, respeitado o mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) diários, na forma do artigo 86 da Lei 8.666/1993.

15.5. Nos casos em que o atraso na entrega do serviço licitado for superior a 15 (quinze) dias, o CONIMS poderá rescindir o contrato, aplicando-lhe, ainda, a penalidade de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, respeitado o mínimo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

15.6. Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, nos casos de inexecução parcial ou total, desde que a multa não fique em valor inferior a R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), quando será penalizado com este valor.

15.7. Multa punitiva de 5% (cinco por cento) sobre o valor da obrigação total no caso de recusa em celebrar /assinar o instrumento de contratação, em valor não inferior a R\$ 1.500

(um mil e quinhentos reais) e não superior a R\$ 3.000 (três mil reais).

15.8. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONIMS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, em decisão fundamentada da autoridade competente.

15.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o CONIMS, que será concedida sempre que o fornecedor registrado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

15.10. O processo administrativo apuratório de responsabilidade tramitará, preferencialmente, de forma eletrônica, cabendo ao Licitante/Vencedor da Ata manter seu e-mail de cadastro junto ao CONIMS atualizado, eis que será utilizado como ferramenta de comunicação entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

16.1. Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da comarca de Pato Branco/PR, com referência expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Assinam o presente contrato, o presidente do CONIMS Sr. Paulo Horn, e pelo Sr (a) Daniel Vinícios Resende, qualificado (a) preambularmente, representando a contratada e testemunhas.

Pato Branco/PR, 27 de junho de 2022.

DANIEL VINÍCIOS RESENDE
CONTRATADA

PAULO HORN
CONTRATANTE

Testemunhas:

ISABEL CRISTINA VAZATA
CPF: 035.954.349-94

MARCOS JOSÉ BRANDOLI DE LIMA
CPF: 064.270.929-79



ESTADO DO PARANÁ
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

RUA AFONSO PENA, 1902 - ANCHIETA - Pato Branco - PR
CEP: 85501-530 CNPJ: 00.136.858/0001-88 Telefone: (46) 3313-3550
E-mail: conims@conims.com.br Site: www.conims.com.br

Página: 1 / 1

[CONIMS] - Quadro Comparativo de Preços (Fornecedor)

Processo/Ano: 138/2022
Licitação: 22/2022 - PE
Modalidade: Pregão eletrônico
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO E MEDICINA OCUPACIONAL, conforme condições constantes no edital e seus anexos.

Item	Fornecedor	Marca	Qtd.	Un.	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classif.
------	------------	-------	------	-----	----------	----------------	-------------	----------	----------

Fornecedor: POLIMEDICI ASSESSORIA E CONSULTORIA EM MEDICINA DO TRABALHO LTDA

1	Elaboração, Implantação e Realização de Serviços de Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO, PGR, LTCAT, ASO, PPP, Treinamento e Suporte ao Programa e-social e Avaliações de atestados médicos apresentados por servidores afastados). (7202155949)		12,000	MES		1820,0000	21840,00	Venceu	1
							Total do Fornecedor:	R\$21.840,00	
							<u>Total dos Itens Vencedores:</u>	R\$21.840,00	